

A IMPORTÂNCIA DA TRADIÇÃO

João Nobre de Carvalho
Ex-aluno nº 248/1957
Contra-Almirante Reformado

O Menino da Luz aprende desde a primeira hora a importância das tradições colegiais cujas origens provêm do passado brumoso, transmitidas pelo exemplo dos mais velhos que as honram escrupulosamente, incentivando os “Ratas” a imitá-los e a passar, mais tarde, eles próprios, o testemunho. Inicialmente, algumas parecem-lhe ridículas na sua aparente simplicidade, quiçá incompreensíveis. Todavia, as tradições são securizantes, instilam em nós um sentimento de pertença a um Corpo de Alunos, a um Batalhão Colegial possuidor de um espírito único e a uma instituição perene que nos transcende. Imaginamos os nossos antecessores, em muitos casos os próprios Pais ou avoengos a efectuar os mesmos gestos quando frequentavam o Colégio e sentimo-nos seus fiéis continuadores.

Dos Idos de 1952/57 o autor recorda, saudoso, a palmada na parede ao descer a escada do refeitório, o “PG” em unísono quando se quebrava uma peça de loiça durante a refeição, a luta libertadora do “1º de Dezembro” nos claustros evocando a gloriosa restauração da Independência Nacional, seguida da defenestração do traidor Miguel de Vasconcelos, o “Spelly King” nocturno, inspirado num ritual tribal, a assinalar o fim do ano lectivo e o início das apetecidas férias grandes, as canções em português vernáculo entoadas em unísono nas duras marchas dos exercícios de infantaria, o ritmo cardíaco sintonizado pelo rufar da caixa de guerra, o capote colegial surgindo ao dealbar do dia misteriosamente envergado na cruz encimando a cúpula, rematado por uma barretina devidamente selada e incrustada no pára-raios, os parabéns colectivos aos aniversariantes, consubstanciados no vigoroso “Ramalho”, a “requisição” da “bolama” aos felizardos que regressavam de licença, ensinando a ser solidário com os desfavorecidos asilantes, o passo em frente na formatura, assumindo galhardamente a responsabilidade pelos actos por si

praticados, pronto a enfrentar as inevitáveis consequências.

É claro que nem todas as tradições perduram, face à evolução dos costumes na sociedade, quer por se ter deixado de lhes reconhecer características formativas quer por terem perdido significado. Por outro lado, algumas conquistam um lugar na regulamentação militar, como a continência, por exemplo, talvez proveniente do gesto do Cavaleiro de antanho, ao baixar a viseira do capacete para se dar a conhecer antes do torneio.

Concluído o 7º ano do Colégio, o ex-aluno que hoje vos fala, decidiu abraçar a carreira militar, assentou praça primeiro no Exército durante um ano, seguindo depois para a Escola Naval, onde frequentou o curso da classe de Marinha, por este habilitar para o comando de navios. A propósito, a Marinha comemorou este ano 700 anos de existência, com a nomeação do primeiro Almirante pelo Rei D. Dinis, com a missão de organizar a Marinha portuguesa.

Também a bordo dos navios de guerra perduram tradições criadas durante as laboriosas fadigas ao sulcar os sete mares. Umas, alegres, como a “Passagem da linha”, onde se presta a homenagem a Neptuno, o Rei dos Mares, outras, mais sérias, sempre plenas de significado. Talvez o ritual mais marcante seja a cerimónia do arriar da Bandeira Nacional, realizada à hora do pôr do sol, instante astronómico calculado escrupulosamente pelo Oficial Encarregado da Navegação. Este momento, quando as circunstâncias de tempo e mar permitem avistar claramente o astro-rei a razar o horizonte, é aproveitado para marcar o azimute no ocaso, definindo a direção do Oeste verdadeiro e obtendo assim, por comparação, o desvio da agulha.

Estando o navio atracado ou fundeado, em qualquer parte do mundo, o cerimonial assume maior relêvo, realizado na tolda com honras militares, perante os marinheiros perfilados. Executado ao som estridente dos apitos da Ordenança pelo Mestre do navio, lembra à guarnição mais um dia de dever cumprido, frequentemente em circunstâncias penosas, com vento tempestuoso e mar alteroso, amiúde bem, cada um recordando também, emocionado, os entes queridos que ali deixou e o aguardam no jardim à beira-mar plantado. A imagem do glorioso Símbolo verde-rubro a drapejar em fundo azul

fica indelevelmente gravada na mente e suscita um forte sentimento de pertença a algo que nos transcende como indivíduos, traduzido nas palavras singelas bem salientes, em letras douradas, na roda do leme de cada navio de guerra: “A Pátria Honrae que a Pátria vos Contempla”.

Um dia, em 1962, Segundo-Tenente, com 21 anos, o autor comandava em Angola a Lancha de Fiscalização “Rigel” em patrulha no caudaloso Rio Congo, entre Santo António do Zaire (hoje, Soyo), na foz e Nóqui, mais a montante. Mais tarde teria a honra de comandar mais dois navios, o Draga-Minas “Lagoa” e a Corveta “Augusto Castilho”. A Lancha, dotada de uma guarnição de 1 Oficial, 1 Sargento e 5 Praças, construída na Alemanha, com cerca de 30 toneladas de deslocamento, 27 m de comprimento, cerca de 5 m de boca e 3,5 m de calado, dispunha de um radar, dois potentes motores “Cummins”, estava armado com uma metralhadora pesada “Oerlikon” à proa, duas metralhadoras ligeiras “MG-42” em cada bordo e outro armamento ligeiro. Integrada na Esquadrilha de Lanchas do Zaire, tinha por missão patrulhar o rio, quase sempre com Fuzileiros embarcados e dispendo de botes com motor fora de borda, por forma a interceptar cambanças do inimigo proveniente de bases no vizinho Congo. Efectuava também o transporte de pessoal e material, nomeadamente correio e alimentos, para o Batalhão do Exército em Nóqui e para os postos ribeirinhos estabelecidos pelos Fuzileiros, escoltava palhabotes carregando munições, apoiava a população rebocando para montante jangadas com víveres, poupando aos nativos o esforço de remar contra a corrente, inspecionava embarcações de pesca ao largo da costa, identificando os elementos das tripulações.

O rio Zaire, havia sido percorrido pelos navios comandados por Diogo Cão, à vela, a remos e à sirga até às Pedras do Ielala, onde existe uma gravação na rocha que se julga atestar o feito. A forte corrente no canal principal, internacional, sempre em direcção à foz, alcançava na época das chuvas 12 nós, cerca de 20 Km/hora, porém, curiosamente, junto à margem esquerda, corria com menor intensidade e por vezes no sentido da nascente. Muitos pedaços de terra com vegetação, arrancados das margens pela erosão,

deslizavam rio abaixo. De noite, estas ilhas flutuantes eram detectados pelo radar, exigindo atenção do operador para discernir outros movimentos. No sector do rio mais a jusante, entre Santo António do Zaire e a Pedra do Feitiço, a margem esquerda era baixa e irrigada por inúmeros canais, as muílas, por entre vegetação cerrada, território frequentado por inúmeros animais selvagens, principalmente gazelas e pacaças. Permanecendo no rio por períodos de quinze dias, sem dispôr de frigorífico, com alguma frequência o Comandante abicava à margem, amarrava o navio a um tronco de árvore e desembarcava de madrugada acompanhado de algumas praças, dedicando-se à actividade cinegética para obter um reforço de proteína para o rancho. Um dos marinheiros artilheiros tinha sido magarefe na vida civil e encarregava-se de trinchar as peças.

A zona do rio mais a montante, entre a Pedra do Feitiço e Nóqui, era mais estreita e o caudal fluía entre vertentes montanhosas, escarpadas, afectado por inúmeros remoinhos, verdadeiros vórtices, que faziam adornar fortemente a Lancha quando se navegava sobre eles. Em noites de trovoadas, via-se como se fosse dia claro, tal era o brilho dos sucessivos clarões provocados pelos raios que rasgavam o negrume desabando fragorosamente sobre os picos montanhosos.

No final do primeiro dia de patrulha no Zaire, o autor resolveu fundear bem junto à densa floresta da margem esquerda, no troço de planície, com o radar em operação, por forma a varrer uma área fluvial sensível durante parte da noite. Aproximava-se a hora do pôr do sol, os vorazes mosquitos começavam a cobrar o seu imposto de sangue mas em compensação o calor dava mostras de querer abrandar e o Comandante começou a pensar na tradicional cerimónia do arriar da Bandeira Nacional, em que o pessoal formado na tolda constituiria um alvo fácil para qualquer elemento inimigo eventualmente emboscado na margem.

Analizou os prós e contras da situação: por um lado, cumprir a tradição, agradava-lhe sobremaneira e contribuiria para exaltar o sentimento patriótico, por outro, poderia haver elementos inimigos emboscados, prontos a afinar a pontaria, aproveitando a ostensiva exposição dos militares. No entanto, o intenso chilrear da passarada

na densa vegetação e um par de hipopótamos banhando-se a escassos metros da pôpa indicavam a ausência de presença humana indesejável no local. Pelo sim pelo não, o Comandante mandou guarnecer a metralhadora ligeira no bordo de terra. Entretanto, as suas locubrações foram interrompidas pela voz do Mestre do navio, que já se encontrava formado na tolda com duas Pracas: fazendo a continência, pediu autorização para iniciar a cerimônia do Arriar da Bandeira Nacional.

Na ausência de ordem em contrário, a guarnição seguia, naturalmente, mais uma vez, os ditames da tradição.